



Criação da Instituição Fiscal Independente pode ser votada hoje

Órgão auxiliar do Legislativo terá função de acompanhar gastos e endividamento públicos, segundo proposta de emenda à Constituição que está na pauta do Plenário e faz parte da Agenda Brasil

A pesar de a pauta do Plenário estar trancada por três medidas provisórias que ainda não obtiveram entendimento entre os senadores, propostas de emenda à Constituição podem ser votadas. Por isso, a expectativa é que aconteça a primeira votação da criação da Instituição Fiscal

Independente, que terá como uma das funções fazer o cálculo do impacto de todo projeto de lei que crie custos para o governo.

Também podem ser votados hoje, em sessão conjunta do Congresso, veto ao reajuste de até 78,56% para os servidores do Judiciário e outros vetos. **3**

Políticos citam legado do ex-senador José Eduardo Dutra **2**

Produtores de ouro e alumínio pedem socorro ao governo **7**

Senado lança amanhã revista sobre pacto federativo **2**

Mudança na CLT é inconstitucional, dizem debatedores



Genaldino Menezes/Agência Senado

Representantes de sindicatos, do Ministério Público e da Justiça criticaram ontem a inclusão de emenda na medida provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego. A emenda altera a CLT para determinar que os acordos coletivos terão prioridade sobre a legislação. Para sindicalistas, a alteração é “ataque à classe trabalhadora”; para procuradores e juiz, a mudança é inconstitucional. A MP, aprovada em comissão mista, agora deve ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado. **8**

Paim (3º à dir.) coordena debate sobre a polêmica alteração da CLT inserida em medida provisória

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Reprodução

Audiência pública mostra que policiais também são alvo de violência **7**

especial
Cidadania



Anderson Vieira/Agência Senado

Aureni é um dos 6 milhões de trabalhadores que se beneficiam da mudança

Patrões devem começar a recolher FGTS de domésticas

Pagamento relativo a outubro tem de ser feito até o início de novembro. Além do FGTS, empregador deverá recolher seguro con-

tra acidente de trabalho, valor para um fundo a ser usado em caso de demissão sem justa causa e contribuição ao INSS. **4 e 5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

A relatora da comissão, Maria Helena Rolim, o presidente, Georges de Moura Ferreira, e o vice, Doriel do Prazeres

Comissão quer coibir tumulto em avião

A comissão que elabora o anteprojeto de um novo Código Brasileiro de Aeronáutica deve incluir em sua proposta medidas mais duras contra desordeiros

em voos. Uma das sugestões é que os passageiros em questão tenham de pagar uma indenização à empresa aérea quando houver prejuízo. **8**

Remoção de dados na web requer debate

Conselho de Comunicação do Congresso rejeitou pareceres a quatro projetos sobre remoção e exclusão de informação pessoal na internet e recomendou mais debates sobre o assunto. **6**

Ronaldo Lemos, vice, e Miguel Ângelo Cançado, presidente do conselho



Jefferson Rudy/Agência Senado

Político, que foi presidente da Petrobras e do Partido dos Trabalhadores, ocupou assento no Senado entre 1995 e 2002 e atualmente era suplente de Antonio Carlos Valadares. Ele sofria de um câncer

Morre, aos 58, ex-senador do PT José Eduardo Dutra

O EX-SENADOR JOSÉ Eduardo Dutra morreu na madrugada de domingo, em Belo Horizonte, aos 58 anos. O velório ocorreu ontem, na capital mineira. O corpo foi cremado.

Ex-presidente do PT e da Petrobras, Dutra foi senador de 1995 a 2002, pelo PT de Sergipe, e havia anos sofria de um câncer. Atualmente, era o primeiro suplente do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

José Eduardo Dutra foi titular das principais comissões temáticas do Senado ao longo de seu mandato, marcado por bandeiras como o emprego e a defesa das empresas públicas. Participou de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que marcaram a história do Congresso Nacional, como a do Judiciário e a do Futebol.



José Eduardo Dutra fala no Plenário do Senado: mandato em defesa das estatais

Geólogo de profissão, José Eduardo Dutra nasceu no Rio de Janeiro, mas fez carreira profissional e política em Sergipe.

Foi presidente do sindicato estadual dos mineiros, que reunia os funcionários da Petrobras, da qual era empregado. Dirigiu também a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que o ajudou

a se eleger senador em 1994.

Seu último cargo público foi o de diretor Corporativo e de Serviços da Petrobras, do qual se afastou por causa da doença.

Em sua conta no Twitter, José Eduardo Dutra se definia como “botafoguense, noveleiro e petista em ordem cronológica. Aos 7, 10 e 23 anos respectivamente”.

Parlamentares lamentam “enorme perda”

A morte do ex-senador José Eduardo Dutra causou consternação no mundo político. Senadores como Humberto Costa (PE) e Delcídio do Amaral (MS), colegas do Partido dos Trabalhadores, lamentaram a “enorme perda” em declarações ao site G1.

Delcídio, líder do governo no Senado, afirmou:

— Pautou sua vida política pela clareza de posições, diálogo e espírito público. Como executivo da Petrobras e da BR [Distribuidora], com serenidade e bom senso, enfrentou e venceu grandes desafios. Deixa grandes amigos. Honrou nosso partido e nosso país.

Humberto, líder do PT no Senado, lembrou que foram parlamentares juntos entre 1995 e 1998. Ele era senador e Dutra, deputado:

— Eu era muito amigo dele. Fui uma das pessoas que apoia-

ram o nome dele para ser presidente do partido. É uma pessoa extremamente leal, muito partidário, absolutamente honesto.

Pelo Twitter, o presidente do PT, Rui Falcão, disse que “fará falta esse grande homem, companheiro e militante”.

O líder do partido na Câmara, deputado Sibá Machado (AC), lembrou que essa é a segunda grande liderança de Sergipe que o partido perde em pouco tempo, referindo-se à morte do ex-deputado e ex-governador Marcelo Déda (1960-2013):

— Dutra cumpriu uma missão muito honrosa para todos nós à frente da presidência da Petrobras. Ele foi presidente do partido e, quando pediu renúncia, acredito que já era pela causa que o levou ao falecimento. Ele unificou o PT depois do processo do mensalão.

Paim homenageia petista e cita “carreira brilhante”

Paulo Paim (PT-RS) homenageou o ex-senador José Eduardo Dutra. O senador lembrou a trajetória de Dutra, que iniciou a vida pública como presidente do Sindicato dos Mineiros de Sergipe e foi dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), presidente do PT e da Petrobras e senador:

— Dutra construiu uma carreira marcante, brilhante pelo seu espírito de liderança, coerência e competência. O Brasil perde um grande homem público, um jovem, um verdadeiro articulador político.

Aloysio Nunes Ferreira (SP), em nome do PSDB, e José Medeiros (MT), em nome do PPS, se associaram à homenagem de Paulo Paim.

Campanha mostra como Senado afeta o dia a dia

A TV Senado apresenta esta semana nova campanha institucional. São três vídeos de 45 a 60 segundos cada um que mostram pessoas tiveram a vida diretamente afetada por leis aprovadas pelo Senado e cujas discussões foram transmitidas pelo canal legislativo.

O primeiro vídeo trata da lei que garante prioridade ao processo de adoção de crianças com deficiência e apresenta a família de Fabiana e Leandro. Além da filha biológica, o casal tem dois filhos adotivos.

O segundo filme fala do direito do taxista de passar a concessão do táxi para os herdeiros. Lourenço e Lourenço Júnior ilustram a chamada que mostra o cotidiano de pai e filho que dividem o ofício.

A regulamentação da profissão de vaqueiro é o tema do terceiro vídeo. Valdeis Camargo é vaqueiro há mais de 20 anos e graças à lei aprovada pelo Senado tem hoje a carteira assinada.

Os filmes destacam o slogan “TV Senado — sua história

passa aqui”, que ressalta que o diferencial da TV Senado é que o conteúdo diz respeito diretamente à vida de cada brasileiro. A campanha enfatiza a importância dos debates veiculados pela emissora e os impactos na vida do cidadão.

ASSISTA AOS VÍDEOS

- ▶ **Adoção**
<https://youtu.be/obRfntgpd0U>
- ▶ **Taxista**
<https://youtu.be/3r16zP4cH54>
- ▶ **Vaqueiro**
https://youtu.be/zkyP_lIlgSjg

Em Discussão! será lançada amanhã na Comissão do Pacto Federativo

O número 26 da revista *Em Discussão!* será lançado amanhã, às 14h30, em reunião da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo. A edição aborda as soluções que estão sendo encaminhadas pelo Congresso para o reequilíbrio das relações entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A revista faz um levantamento completo desses debates e votações e apresenta um painel analítico do assunto, que evolui no Senado desde 2012 e apresenta avanços como as novas regras tributárias no comércio eletrônico e o fim da guerra fiscal com mercadorias importadas.

Desde 20 de maio, o Senado realiza, com a Câmara, uma série de esforços para rever o pacto federativo firmado na Constituição de 1988. Depois de reuniões com governadores e prefeitos, a comissão especial passou a trabalhar em uma pauta com projetos que tratam de questões financeiras e tributárias, repasses de recursos e atribuições nos campos da saúde, educação,

saneamento e segurança pública.

Entre os temas, estão a reforma do ICMS, a proibição da criação de despesas sem indicação de fonte de receita, a permissão do uso de depósitos judiciais e administrativos, a prorrogação do prazo para o fim dos lixões e a modernização do Imposto sobre Serviços (ISS).

Alguns assuntos, como o estabelecimento de competências no que toca à segurança pública, já mereceram aprovação do Plenário e seguiram para a Câmara.



Publicação trata do reequilíbrio entre União, estados e municípios

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h45 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **CCT Rádios e TVs comunitárias**
9h Análise de projetos sobre proteção de dados pessoais. Depois, audiência sobre rádios e TVs comunitárias.
- ▶ **CDH Energia em Goiás**
9h Audiência para discutir a privatização da companhia de energia de Goiás.
- ▶ **CMA Calibrador de pneu**
9h30 Na pauta, projeto que obriga os postos de combustíveis a fazerem regulagens dos calibradores de pneus.
- ▶ **CAE Quebra de sigilo bancário**
10h Exame de projeto que fixa prazo para quebra de sigilo bancário.
- ▶ **CPI DAS PRÓTESES Depoimentos**
10h15 A CPI das Próteses ouviu Miguel Iskin e Edson Cerqueira Garcia Freitas.
- ▶ **CE Financiamento estudantil**
10h30 Na pauta, projeto que fixa critérios para a oferta de financiamento estudantil na graduação.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Congresso**
11h30 Sessão do Congresso e, às 16h, ordem do dia.

- ▶ **CONGRESSO Vetos presidenciais**
11h30 Sessão conjunta do Congresso para análise de vetos presidenciais.
- ▶ **PLENÁRIO Pauta trancada**
14h Três MPs trancam a pauta: a que altera regra para aposentadoria; a que prorroga contrato da Chesf e a que libera crédito para o Fies.
- ▶ **CCAI Controle da inteligência**
14h30 Apresentação de sugestões para a reforma na legislação de inteligência.
- ▶ **MP 691/2015 Imóveis da União**
14h30 Audiência sobre a MP que dispõe sobre a gestão de imóveis da União.
- ▶ **MERCOSUL Tarifa de aeroporto**
14h30 A Representação Brasileira no Parlasul analisa projeto que isenta o pagamento da tarifa aeroportuária.
- ▶ **ESPECIAL Senador japonês**
15h Parlamentares do Japão visitam o Senado. Entre eles, o vice-presidente da Câmara dos Conselheiros da Dieta (assembleia) do Japão, Azuma Koshiishi.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário pode votar criação da Instituição Fiscal

Órgão tem o objetivo de auxiliar o Legislativo acompanhando os gastos e as dívidas públicas e medindo o impacto que novos projetos terão nas contas do governo federal

AGENDA BRASIL

O PLENÁRIO PODE votar hoje a PEC 83/2015, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que cria a Instituição Fiscal Independente (IFI). A pauta está trancada por três medidas provisórias, para as quais não há acordo. Mas propostas de emenda à Constituição e indicações de autoridades, entre outras, podem ser votadas mesmo com o trancamento.

De acordo com o texto da PEC aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Instituição Fiscal Independente será um órgão auxiliar do Legislativo, com função de acompanhar gastos e endividamentos públicos, além de calcular o impacto de todo projeto de lei que crie custos para o governo.

A Instituição Fiscal terá um conselho diretor com 3 membros, 5 assessores técnicos e um quadro de até 50 funcionários exclusivos, que poderá ser parcialmente formado por servidores efetivos da Câmara e do Senado, em até 40%. O aproveitamento de servidores do Legislativo será regulamentado por ato da Mesa do Congresso e valerá até que seja feita a lei instituindo a IFI.

A PEC faz parte da Agenda Brasil, conjunto de propo-



Na Comissão de Constituição e Justiça, José Serra (D) relatou a proposta que hoje deve ser votada no Plenário do Senado

sições para a retomada do desenvolvimento do país, e já passou pelas cinco sessões de discussão em primeiro turno no Plenário. Se aprovado, com no mínimo 49 votos favoráveis, o texto terá que passar por mais três sessões de discussão e votação em segundo turno antes de seguir para a Câmara.

Medidas provisórias

Entre as três MPs que trancam a pauta, está a que muda regras para a aposentadoria. A MP 676/2015 estende até 2018 a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social pela regra alternativa conheci-

da como 85/95, que permite ao trabalhador aposentar-se sem a redução aplicada pelo fator previdenciário sobre o salário.

Pela nova regra, a mulher que tiver no mínimo 30 anos de contribuição para a Previdência Social poderá se aposentar sem o fator previdenciário se a soma da contribuição e da idade atingir 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem atingir 95, no mínimo.

Também tranca a pauta a MP 677/2015. O texto permitiu à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, prorrogar,

até 8 de fevereiro de 2037, contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste. A MP também criou um fundo para captar recursos para empreendimentos de energia elétrica que visem aumentar a oferta e equilibrar o preço após 2037.

A outra MP na pauta é a 686/2015, que liberou crédito extraordinário de R\$ 5,18 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A maior parte dos recursos — R\$ 4,2 bilhões — foi direcionada para contratos já existentes e para a abertura de 61,5 mil vagas para o segundo semestre.

Congresso analisa veto a reajuste da Justiça e outros

Está marcada para as 11h30 de hoje sessão do Congresso para concluir a votação de vetos presidenciais iniciada no dia 22. São temas que afetam diretamente o ajuste fiscal promovido pelo governo, como o aumento salarial de até 78,56% para servidores do Judiciário e a correção das aposentadorias e pensões do INSS acima de um salário mínimo, com ganhos reais.

Também estão na pauta outros quatro vetos que não foram votados no dia 22: um à possibilidade de professores deduzirem do Imposto de Renda os gastos com compra de livros, outro à redução de taxas e multas sobre uso de terrenos de marinha, o terceiro dado a refinanciamento de dívidas fiscais e trabalhistas de entidades esportivas e o último dado a mudanças nas regras de refinanciamento de dívidas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Outros dois vetos ainda entraram na pauta: um dado ao projeto que revogava a apreensão de veículos e outro dado ao texto que revia a desoneração na folha para 56 setores da economia.

Gleisi critica postura do relator de contas do governo federal

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou ontem a decisão do governo de requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) o afastamento do ministro Augusto Nardes da relatoria do processo que vai julgar as contas de 2014 do governo Dilma Rousseff.

Segundo ela, as recentes manifestações e opiniões de Nardes sobre o assunto ferem a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e o Regimento Interno do TCU, que impedem que os julgadores se manifestem, fora dos autos, sobre as questões em análise nos tribunais.

— Acho que o governo até demorou a tomar a decisão, pois o relator tem se manifestado de forma claríssima, antecipando sua posição pela rejeição das contas da presidente. Comporta-se como um parlamentar da oposição, e não como um magistrado que haverá de elaborar o voto e o parecer que embasará a decisão desse Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio: tentativa de afastar Nardes será fracassada

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou ontem a tentativa de afastar o ministro Augusto Nardes, relator do processo no Tribunal de Contas da União (TCU) que julgará as contas do governo federal em 2014. De acordo com o senador, nenhuma suspeita se aplica ao ministro, que recomendou a rejeição dos números devido às chamadas pedaladas fiscais.

Aloysio classificou a iniciativa de afastar Augusto Nardes de “chicana fadada ao fracasso” e contestou o posicionamento de governistas que classificam como golpe o julgamento das contas de Dilma.

— Isso é desejo do governo, que gostaria que as contas dos presidentes da República continuassem se acumulando nas gavetas do Senado ou da Câmara dos Deputados, sem apreciação do Congresso Nacional depois de receberem parecer prévio do Tribunal de Contas da União.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Ana Amélia, Executivo teme avaliação do TCU

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a decisão do governo de pedir que o ministro Augusto Nardes, do TCU, seja afastado da relatoria das contas de 2014 da presidente da República visa evitar a votação dessas contas e impedir que a verdade seja conhecida.

O TCU, lembrou a senadora, apurou que houve atrasos no pagamento do Bolsa Família e que os benefícios foram pagos com dinheiro de bancos públicos, o que é proibido.

Ela disse que o TCU apenas faz a perícia das contas para verificar se estão corretas e que a decisão final é do Congresso. Para a senadora, ao pedir a suspensão do ministro-relator, o governo demonstrou receio da avaliação do tribunal porque poderia ser a base para futuro pedido de impeachment.

— É esta Casa que vai dar a palavra final se esse relatório serve ou não. O tribunal está cumprindo rigorosamente com sua responsabilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Responsabilidade fiscal é “agredida”, avalia Agripino

José Agripino (DEM-RN) criticou ontem a atitude do governo federal de defender a destituição do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes da relatoria do processo que trata das contas da presidente da República, Dilma Rousseff, referentes ao ano de 2014. O argumento é de que o ministro antecipou o voto no processo que julga as contas do governo.

O TCU deve votar pela rejeição das contas da presidente, que teria lançado mão de empréstimos ou de antecipações de receitas de bancos governamentais para quitar despesas do Orçamento, as chamadas pedaladas fiscais.

— A condenação não vem por pedaladas, a condenação é fundamentalmente pelo acinte, pela agressão à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Constituição da República. O maior dos dolos está aí. Pedalada é um acréscimo ao pecado cometido.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa sugere redução de salários de parlamentares

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) sugeriu ontem que os parlamentares reduzam seus salários, a exemplo do anunciado pela presidente Dilma Rousseff para os vencimentos dela própria, dos ministros e do vice-presidente da República. Ela propôs um corte de 10% nos rendimentos de deputados e senadores. Segundo Vanessa, a redução é uma medida simbólica.

— Eu sei que não vão ser R\$ 2 mil a menos no salário de cada um que vão resolver o problema do Brasil. Mas para a população brasileira, que sofre com o aumento dos preços e da inflação, muitas vezes com a perda do emprego, seria uma demonstração importante.

Ela também destacou outras medidas do Executivo para a queda de gastos com a máquina pública. Entre elas, o fim de oito ministérios, a revisão dos contratos de aluguel, a venda de imóveis não usados e o corte de 3 mil cargos comissionados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fundo de Garantia para os domésticos já está valendo

Lei que regulamentou o benefício também determina o recolhimento de seguro contra acidente de trabalho, fundo para multa em caso de demissão sem justa causa e contribuição ao INSS, que já era obrigatória. Primeiro pagamento deve ser feito até o início de novembro em guia única retirada na internet

Anderson Vieira

COMEÇOU NESTE MÊS a obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as domésticas. Com isso, o patrão passará a pagar mensalmente 8% sobre o salário da empregada. Deverá recolher ainda 0,8% a título de seguro contra acidentes de trabalho e 3,2% para formar um fundo a ser usado em caso de demissão sem justa causa. Já a contribuição ao INSS, que para o empregador correspondia a 12% do salário da trabalhadora, foi reduzida para 8% (veja quadros abaixo).

As novidades estão previstas na Lei Complementar 150/2015, que regulamentou direitos firmados na Emenda Constitucional 72/2013. A lei criou também o Simples Doméstico, um sistema que unifica todos os pagamentos devidos pelos empregadores. Tudo será recolhido num boleto único preenchido pela internet, com data de vencimento no dia 7 de cada mês (leia reportagem ao lado)

Com o Simples, foi criado o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos, que deu ao empregador a chance de parcelar débitos com o INSS com vencimento até 30 de abril de 2013. O parcelamento abrangente até débitos já inscritos na dívida ativa.

Vantagens

Existem hoje no Brasil pouco mais de 6 milhões de pessoas executando serviços domésticos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

A cearense Maria Aurení de Souza, 35 anos, faz parte desse exército. Trabalhando há três anos para uma família de classe média em Águas Claras, cidade-satélite de Brasília, ela diz ter feito a opção certa ao ter

deixado de ser diarista para virar empregada doméstica, mesmo ganhando menos.

— Como diarista, recebia melhor, em compensação não tinha férias remuneradas, nem 13º, nem recolhimento de INSS. Além disso, no fim do ano, muitos dos meus clientes viajavam e me dispensavam. Eu ficava sem trabalho e sem dinheiro — explica a profissional, que ganha R\$ 1.100 líquidos por mês.

Se estivesse atuando como diarista na mesma região, poderia cobrar de R\$ 100 a R\$ 150, conforme o tamanho da residência.

Aurení foi beneficiada pela Emenda Constitucional 72, promulgada em 2013, e que garantiu vários direitos que sempre foram negados a quem prestava serviços em casas de família. Agora, vai ser amparada com as inovações trazidas pela Lei Complementar 150/2015.

Horas extras

Seguro-desemprego, hora extra e adicional noturno igualmente também passam a contar com regras bem definidas. A lei complementar determina que todos os trabalhadores domésticos têm direito a receber a mais quando trabalham das 22h às 5h. Para o cálculo, a hora noturna equivale a 52 minutos e 30 segundos e deve valer, no mínimo, 20% a mais que a hora diurna.

Quando às horas extraordinárias, o patrão deve pagar em dinheiro as 40 primeiras do mês. As demais podem ser pagas ou acumuladas num banco, para permitir a negociação de folgas.

Já o seguro-desemprego deve ser o equivalente a um salário mínimo, pago pelo governo por no máximo três meses. O beneficiado deve seguir as regras previstas na Resolução 754/2015, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo

ao Trabalhador (Codefat). Para pedir o seguro pela primeira vez, por exemplo, é preciso comprovar 15 meses de trabalho nos dois anos anteriores à solicitação.

Lei ampla

A nova legislação proíbe o trabalho doméstico para menores de 18 anos e define o empregado doméstico como aquele que presta serviços de “forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana”.

— Vale dizer que a lei abrange também babás, motoristas, caseiros, cuidadores e até

jardineiros, se estes não forem prestadores de serviço — explica o consultor do Senado Eduardo Modena, que lembra que a lei não vale para diaristas, considerados profissionais autônomos. Além disso, esclarece, a norma não retroage.

Também foram fixadas a jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 semanais e a remuneração da hora extra de, no mínimo, 50% superior ao valor da hora normal. Há ainda regras relativas à jornada parcial, que não pode passar de 25 horas semanais, ao período de descanso para almoço e às férias.

Senadores comentam regras: <http://bit.ly/videoDomesticos>



Mesmo ganhando um pouco menos, Aurení decidiu deixar de ser diarista para se tornar doméstica com todos os direitos

Internet será ferramenta fundamental

Toda a manutenção dos direitos e deveres de patrões e empregados domésticos passa a ser feita pelo portal eSocial (www.esocial.gov.br). Desenvolvida pelos então Ministérios do Trabalho e da Previdência, com a Caixa Econômica Federal, a Receita Federal e o INSS, a página já está no ar.

Em primeiro lugar, o empregador deve se identificar, com informações como CPF e recibos das duas últimas declarações do Imposto de Renda. Feito o cadastro, receberá um código de acesso ao portal para inserir dados do funcionário, como data de admissão, valor do salário, jornada de trabalho e número do NIT-PIS-Pasep.

Só depois disso será possível gerar a guia única de arrecadação de todos os encargos. O empregador deve entrar todos os meses no site e imprimir a guia.

O prazo para pagamento é o dia 7 do mês seguinte ao da competência. Os encargos de outubro, por exemplo, incluindo o FGTS, poderiam ser quitados sem multa até 7 de novembro. Mas como a data cai em um sábado, o recolhimento deve ser feito na sexta-feira, dia 6.

Isso porque, sempre que o prazo-limite for no final de semana ou em um feriado, o pagamento sem multa deve ser antecipado para o dia útil anterior.

No caso do encargo de setembro, que vence amanhã, o pagamento deve ser feito pelo sistema antigo, ainda sem a obrigatoriedade do FGTS.

No portal, o empregador deverá também registrar eventos como acidentes de trabalho e férias. É possível ainda imprimir modelos de folha de ponto e de controle de horas extras, entre outros.

Para tirar dúvidas, trabalhadores e empregados poderão recorrer ao Alô Trabalho, pelo número 158, e à cartilha *Trabalhador Doméstico — direitos e deveres* (veja saiba mais).

— Todo o procedimento não dispensa a tradicional carteira de trabalho, que precisa continuar sendo anotada normalmente pelo patrão — alerta o consultor do Senado Eduardo Modena, que acredita ser possível para o empregador manter as obrigações em dia sem recorrer a um contador.

Os direitos dos trabalhadores domésticos

SALÁRIO

Além de ter direito a salário mínimo, o trabalhador tem proteção salarial, sendo crime a retenção do pagamento por parte do patrão. O mínimo em vigor hoje é de R\$ 788. Para o ano que vem, o governo previu R\$ 865,50 na proposta orçamentária enviada ao Congresso.

JORNADA DE TRABALHO

Oito horas diárias com limite de 44 horas semanais. São permitidas no máximo duas horas extras diárias. Entre duas jornadas de trabalho deve haver período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso.

HORA EXTRA

O valor da hora extra é no mínimo 50% superior ao valor da hora normal. As primeiras 40 horas extras devem ser pagas em dinheiro. A partir daí, o que exceder a jornada será compensado com banco de horas diurna.

ADICIONAL NOTURNO

Deve ser pago quando houver trabalho entre as 22h e as 5h. Para o cálculo, a hora noturna equivale a 52 minutos e 30 segundos. A remuneração deve ter acréscimo de, no mínimo, 20% sobre o valor da hora diurna.

INTERVALO

Pausa para almoço de uma a duas horas. Por acordo, pode ser reduzido para 30 minutos. Nesse caso, o empregado pode sair mais cedo.

FÉRIAS

Trinta dias por ano, podendo ser parceladas, a critério do empregador. Até dez dias podem ser vendidos. O empregado que mora no emprego não é obrigado a sair durante as férias.

1/3 DE FÉRIAS

Valor a ser recebido anualmente, a exemplo dos outros trabalhadores. Se as férias forem parceladas, deve ser pago antes do primeiro período.

13º SALÁRIO

Direito que já era garantido e continua valendo. Pode ser pago em duas parcelas. Todavia, o pagamento total deve ser feito até o limite de 20 de dezembro.

AUXÍLIO TRANSPORTE

Pode ser pago em vale ou dinheiro para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

FGTS

O empregado deve ser incluído no fundo, com recolhimento mensal de 8% do valor do salário.

SEGURO PARA DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

O empregador deve recolher 3,2% do valor da remuneração numa espécie de fundo a ser levantado em caso de demissão sem justa causa. Se houver pedido de demissão ou demissão por justa causa, o empregador pode levantar esse dinheiro na Caixa Econômica Federal, de posse do termo de rescisão do contrato de trabalho.

SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO

O patrão deve recolher 0,8% para financiar seguro contra acidentes de trabalho.

INSS

Contribuição patronal previdenciária para a seguridade social a cargo do empregador, na razão de 8%.

AVISO PRÉVIO

O horário normal de trabalho do empregado durante o aviso prévio, quando a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias. Ou então, ele pode faltar sete dias corridos no mês, sem prejuízo salarial. Caso peça demissão, fica obrigado a dar aviso prévio ao patrão.

LICENÇA-MATERNIDADE

A empregada gestante tem 120 dias, sem prejuízo do salário.

LICENÇA-PATERNIDADE

Garantia de cinco dias de folga, também sem prejuízo do salário.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Benefício pago pela Previdência Social para cada filho até a idade de 14 anos e para filhos inválidos de qualquer idade. O valor varia conforme a faixa salarial, prevista em portaria conjunta dos Ministérios da Fazenda e Previdência. Atualmente, tem direito a receber R\$ 26,20 por filho o trabalhador que ganha até R\$ 1.089,72 por mês.

SEGURO-DESEMPREGO

Benefício de um salário mínimo pago pelo período máximo de três meses, conforme regras do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). É pago com recursos do FAT, devido aos inscritos no FGTS. Tem direito quem comprovar ter trabalhado por 15 meses nos últimos dois anos, conforme Resolução 754/2015, do Codefat.

APOSENTADORIA

Segue as regras do Regime Geral de Previdência Social, sendo garantido também auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, pagos pelo INSS, a exemplo dos demais trabalhos.

DIREITO DE AÇÃO

Vale para os domésticos a norma geral: o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato.

CARTEIRA DE TRABALHO

A carteira de trabalho deve ser anotada pelo empregador no prazo de 48 horas depois da admissão.

VIAGEM

O empregador não pode descontar despesas com alimentação, transporte e hospedagem em caso de viagem do empregado com a família. A remuneração relativa à hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% superior ao valor da hora normal.

SEGURANÇA

Após a Emenda 72/2013, acordos e convenções coletivas de trabalho passaram a ser reconhecidos aos domésticos.

PROTEÇÃO CONTRA DISCRIMINAÇÃO

É proibida a diferença de salários por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil. Proibição também de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão de portadores de deficiência.

ACORDOS E CONVENÇÕES

Após a Emenda 72/2013, acordos e convenções coletivas de trabalho passaram a ser reconhecidos aos domésticos.

MORADIA E ALIMENTAÇÃO

A lei proíbe descontos para fornecimento de alimentação, moradia e artigos de higiene e de segurança.

O que o patrão vai recolher na guia única eSocial

FGTS	8%
Fundo para demissão sem justa causa	3,2%
Seguro contra acidente de trabalho	0,8%
INSS patronal	8%
INSS do empregado	Varia de 8% a 11% conforme o salário. Deve ser recolhido pelo empregador, que poderá descontar o valor do salário pago ao empregado. As faixas são as seguintes: - até R\$ 1.399,12: 8% - de 1.399,13 a R\$ 2.331,88: 9% - acima de 2.331,88: 11%
Imposto de Renda Pessoa Física	É descontado de quem recebe acima de R\$ 1.903,98, conforme tabela do IR válida para todos os demais contribuintes. O recolhimento é de responsabilidade do patrão.

Na ponta do lápis

Exemplos de quanto o empregador pagará dependendo do salário do trabalhador		
	R\$ 788	R\$ 1.000
FGTS (8%)	+ R\$ 63,04	+ R\$ 80
Fundo para ser usado em caso de demissão sem justa causa (3,2%)	+ R\$ 25,21	+ R\$ 32
Seguro contra acidente de trabalho (0,8%)	+ R\$ 6,30	+ R\$ 8
INSS recolhido pelo patrão (8%)	+ R\$ 63,04	+ R\$ 80
TOTAL (20%)	R\$ 157,60	R\$ 200

*As despesas com transporte variam conforme a distância do local de trabalho

Senadores comemoram conquistas e dizem que lei é boa para todos

Para os senadores que atuaram diretamente na aprovação dos novos direitos, o país está finalmente restaurando uma dívida com uma categoria de profissionais que sempre foi marginalizada.

Constituinte em 1988, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, na elaboração da atual Constituição, tentou incluir mais direitos para a classe, mas não houve jeito.

— A pressão do Centrão [bloco suprapartidário de orientação conservadora] não permitiu e poucos benefícios foram incluídos. Além do preconceito, pesou a questão econômica. Como o Centrão na época coordenava essa linha de não deixar ampliar os direitos dos trabalhadores, eles não queriam que os domésticos também tivessem todos os direitos — explicou.

O senador disse considerar uma bobagem o temor de que as novas obrigações patronais gerem um desemprego em massa no setor.

— Quando ampliamos a licença-maternidade também disseram isso. O mesmo aconteceu há muito tempo, quando houve a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais — lembrou.

Para ele, todos que precisam do trabalho doméstico vão mantê-lo e ainda terão um conforto legal, pois saberão exatamente quais são seus deveres e direitos.

Comissão especial

Para que os novos direitos pudessem valer, foi percorrido um longo caminho. Depois que a Proposta de Emenda à Constituição 66/2012 (a chamada PEC das Domésticas) foi promulgada, tornando-se a Emenda Constitucional 72/2013, alguns direitos ainda ficaram pendentes de regulamentação. Uma comissão especial, formada

por deputados e senadores, dedicou-se ao assunto. O grupo foi criado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

A relatoria ficou a cargo de Romero Jucá (PMDB-RR), que desde o início dos trabalhos mostrou-se preocupado com a elaboração de um sistema que eliminasse a burocracia e permitisse simplificar a vida de patrões e empregados. A multa de 40% do Fundo de Garantia também era um problema.

— Um encargo de 40% de multa compromete o orçamento familiar. Uma empresa faz previsão contábil, tem lucro e já pode se preparar para arcar com essa multa. A família não faz isso. Em geral, conta na ponta do lápis para não entrar no cheque especial no fim do mês. É algo extremamente pesado — disse.

Para o senador, a lei é uma “proposta do bem”, com a qual todos saem ganhando.

— Nós estamos pacificando a relação da dona de casa com a empregada, no que diz respeito a preceitos legais, trabalhistas e previdenciários — avaliou.

Na opinião do presidente dos Trabalhadores Domésticos do Distrito Federal e das Cidades do Entorno, Antônio Ferreira Barros, os novos direitos chegaram tarde, mas podem ser comemorados.

Ele acredita que os patrões não terão mais coragem de ignorar os direitos dos funcionários, os quais, por sua vez, não terão mais vergonha de dizer que são empregados domésticos.

— É uma conquista de décadas de luta. Finalmente o legislador reconhece que o trabalhador doméstico é como qualquer outro e tem os mesmos direitos — afirmou.



“Estamos pacificando a relação da dona de casa com a empregada”, diz Jucá

Saiba mais

Emenda Constitucional 72/2013
<http://bit.ly/Emenda72>

Lei Complementar 150/2015
<http://bit.ly/LCP150de2015>

Portal e-social
www.esocial.gov.br
Alô Trabalho 158
CLT
<http://bit.ly/Decreto5452>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Grupo de especialistas em comunicação quer mais debate sobre projetos de direito ao esquecimento na internet. Para eles, supressão de conteúdo não é a melhor solução

Conselho rejeita textos sobre dado pessoal na web

OS PROJETOS DE lei que visam estabelecer o direito ao esquecimento no Brasil permitem o apagamento de informações da internet e de meios de comunicação e utilizam termos vagos para promover a supressão de dados.

A avaliação consta de parecer aprovado ontem em reunião do Conselho de Comunicação Social (CCS). O relatório que deu origem ao parecer, assinado pelos conselheiros Ronaldo Lemos, Walter Ceneviva e Celso Schröder, refere-se a quatro projetos que tratam da remoção e da exclusão de informação pessoal na internet, com o objetivo de resguardar dados pessoais para que não sejam utilizados sem o consentimento do interessado.

O parecer é pela rejeição integral dos Projetos de Lei 7.881/2014 e 1.676/2015. Com relação ao PL 1.589/2015 e outros pensados ao PL 215/2015, o parecer é pela rejeição integral de dispositivos que tratam do direito ao esquecimento.

Em tramitação na Câmara, o PL 7.881/2015 obriga a remoção de links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados sobre o envolvido. O PL 1.676/2015, por sua vez, ti-



Miguel Ângelo Cançado e Ronaldo Lemos coordenam debate sobre apagamento de informações pessoais na internet

pifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos. Já o PL 1.589/2015 torna mais rigorosa a punição dos crimes contra a honra cometidos mediante disponibilização de conteúdo na internet ou que ensejem a prática de atos que causem a morte da vítima. O PL 215/2015 pune os crimes contra a honra praticados nas redes sociais.

Mais discussão

Na avaliação de Ronaldo Lemos, os projetos apresentam

um viés inadequado ao tratar do tema, que continuará a ser debatido no conselho. Lemos observa que o direito ao esquecimento não é doutrina jurídica com raízes históricas, mas emerge de situações casuísticas, notadamente em decisão recente da Corte Europeia de Justiça em favor de um cidadão espanhol que requereu a supressão do nome dele dos serviços de busca na internet. O conselheiro, porém, observa que, mesmo na decisão europeia, fica claro que em nenhuma hipótese há

supressão ou apagamento de conteúdos.

Lemos observa que, ao contrário de decisão da Corte Europeia de Justiça, as propostas em tramitação no Congresso brasileiro não criam exceção a sua aplicação para personalidades públicas, as quais, no caso europeu, são expressamente excluídas da abrangência do direito ao esquecimento.

O CCS, observou Lemos, já se manifestou contrariamente à supressão de conteúdos quando apreciou o direito à publicação de biografias. Na

ocasião, o órgão defendeu, por unanimidade, que “a melhor reação a um discurso ou a um relato considerado problemático é a resposta a ele na esfera pública; em vez de supressão ou tolhimento, mais discursos, mais versões, mais contraditório; essa é a praxe saudável de uma sociedade que se governa sob um estado democrático de direito”.

Lemos observa que, conforme decisão já firmada pelo CCS, ofensa é um juízo de valor subjetivo, de modo que o tratamento deve ser feito com grande cautela para evitar o surgimento de arbitrariedades. O relator lembra que, pelo Marco Civil da Internet, a instância legítima para decidir sobre a ilicitude de conteúdos disponibilizados on-line não é a empresa que explora a plataforma, mas o Judiciário.

As duas exceções à regra, constantes do marco civil, são a veiculação de conteúdos relacionados à chamada pornografia de vingança, que gera o dever de o provedor remover o conteúdo após receber uma notificação indicando o teor ofensivo, e a violação de direitos autorais, que adotará o regime disposto na legislação específica.

Grupo se posiciona sobre direito ao esquecimento

O direito ao esquecimento é um dos temas mais debatidos hoje no direito constitucional em todo o mundo. Refere-se a pedidos na Justiça apresentados por cidadãos para que grandes sites de busca, como o Google, suprimam dados pessoais armazenados em seus servidores sobre essas pessoas.

Está prevista para hoje a votação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados de uma proposta que busca regulamentar o tema (PL 215/2015). Por isso, a Comissão de Tecnologia e Informação do Conselho de Comunicação Social recomendou ao colegiado que se posicionasse sobre a questão. O objetivo é que a decisão seja encaminhada imediatamente à CCJ da Câmara.

O projeto em análise pela Câmara também aumenta as penas para crimes de calúnia, injúria e difamação cometidos na rede mundial de computadores e concede às autoridades competentes o livre acesso a dados e comunicações de usuários sem a necessidade da autorização judicial prévia.

“Internet das coisas” será debatida em seminário

A Comissão de Tecnologia da Informação do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso fará em novembro, em data a ser definida, um seminário sobre a transição no Brasil do sistema IPv4 para o IPv6 da internet. A terminologia, na prática, trata de uma revolução tecnológica, que vai conectar à internet os itens usados no dia a dia.

O sistema, que vem sendo chamado de “internet das coisas”, preocupa os conselheiros devido ao potencial de invasão de privacidade dos cidadãos. Essa questão deve estar bem definida quando o país construir a legislação em torno do novo modelo, alertou o conselheiro Marcelo Cordeiro.

— A internet das coisas tem um lado positivo, que melhora a vida das pessoas. Mas tem esse lado preocupante em poder criar um “Big Brother” — disse, explicando que será possível saber como cada objeto está sendo usado pela pessoa, a hora, o lugar.

Serão convidados o Comitê Gestor da Internet no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria Nacional do Consumidor, entre outros.

Colegiado prioriza restrição à publicidade para crianças

A Comissão de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social priorizará a análise de projetos em tramitação no Legislativo que tratam de restrições à publicidade para o público infantil.

Deverá ser priorizada a avaliação do impacto que a publicidade direcionada a esse público pode ter no desenvolvimento de doenças crônicas.

A comissão selecionou 13 propostas para análise. Em fevereiro, será realizado um seminário em que serão ouvidos representantes de entidades da sociedade civil, de empresas e dos meios de comunicação sobre o conteúdo dos projetos.

A prioridade dada ao tema foi aprovada por unanimidade. Integrante do conselho, o jornalista Celso Augusto Schröder manifestou apoio ao debate:

— Essa é uma propaganda que induz a doenças graves como diabetes, hipertensão. O mundo todo regula a publicidade para esse segmento e a própria Constituição já estabelece restrições em alguns temas.

Outras propostas relacionadas ao trabalho do CCS serão avaliadas no seminário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ângela lembra 27 anos da elevação de RR a estado

Ângela Portela (PT-RR) saudou os 27 anos de Roraima, comemorados ontem. O estado “é jovem e promissor e tem considerável potencial para agropecuária, agronegócio e agricultura familiar”, afirmou a senadora.

Ela lamentou, porém, que os 15 municípios de Roraima enfrentem problemas de infraestrutura e serviços públicos:

— Temos problemas com a falta de estradas para o escoamento da produção, ausência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, moradia e respeito aos indígenas. Nesse universo de desafios, está também a questão energética.

Pimentel cita importância das microempresas

José Pimentel (PT-CE) lembrou o Dia da Micro e Pequena Empresa, comemorado ontem, e destacou que o segmento já engloba 10,3 milhões de estabelecimentos. Em 2006, era 1,3 milhão. Além disso, disse o senador, as pequenas e microempresas geram 52% dos empregos do país com carteira assinada.

— Aprendemos que, quando você tem uma crise econômica, o setor que responde com mais rapidez é exatamente o da micro e pequena empresa.

Ele elogiou a campanha do Sebrae para estimular o brasileiro a comprar nas pequenas e microempresas.

Randolfe defende ICMS da energia pago na origem

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu a aprovação da proposta que determina que o ICMS sobre energia elétrica seja cobrado no estado produtor, e não no consumidor (PEC 124/2011).

Ele explicou que a Constituição excluiu energia, petróleo e derivados da regra de participação mista do ICMS, estabelecendo a tributação no destino, deixando o estado produtor de energia “à míngua”.

— Essa proposta é uma alternativa para sanar a dívida com os estados mais pobres e reduzir a cruel desigualdade regional, que a estrutura de tributos faz aumentar.



Fotos: Waldemir Borreto/Agência Senado

Policia também é vítima da violência, diz debatedor

CPI do Assassinato de Jovens ouviu de representantes das forças de segurança pública que policiais, na maioria negros, não são apenas alvos da violência, mas também vítimas, dentro e fora do trabalho

O BRASIL VIVE uma guerra civil não declarada, com a violência vitimando não apenas jovens e adolescentes, mas também policiais. Essa foi uma das afirmações do representante da Associação Nacional de Praças, Elisandro Lotin de Souza, durante a audiência pública promovida ontem pela CPI do Assassinato de Jovens.

A violência no país também foi comentada pelos outros dois debatedores, a representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Tatiane Almeida, e o representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Praxedes.

Na opinião de Lotin, o modelo de segurança pública brasileiro é arcaico, retrógrado e obsoleto. Segundo ele, a lógica e as normas da segurança pública brasileira ainda são as mesmas da época da ditadura militar. Os policiais militares são formados para serem inimigos da sociedade, acrescentou.

Lotin disse ainda que morrem seis vezes mais policiais no Brasil do que nos EUA. Nos últimos cinco anos, mais de 3 mil policiais foram mortos no país, em trabalho ou em folga.



O senador Telmário Mota (2º à dir.) conduz a audiência pública sobre violência

O militar acrescentou que os policiais civis e militares têm vidas bastante conturbadas, com baixos salários, jornada de trabalho extenuante, humilhações e assédio por parte dos superiores. Para ele, os PMS ainda são tratados na corporação como na época da ditadura, sem direitos humanos.

— Como o policial vai fazer um serviço de segurança pública de qualidade se ele próprio não tem seus direitos respeitados? Nós, policiais militares, civis e bombeiros, somos também vítima do processo de insegurança pública generalizada — disse Lotin.

A delegada federal Tatiane

Almeida disse que os policiais, em sua maioria negros, também são vítimas da violência:

— Não se pode culpar só o policial porque a questão é muito mais institucional. Especialmente no Brasil, a PM, que sofre tanto, é uma polícia muito letal, como é muito vítima de mortalidade e tem nas fileiras um grande número de negros. Quando a gente discute a mortalidade de negros, a gente tem que lembrar também que os policiais morrem muito. E na PM eles são maioria.

A reunião foi conduzida por Telmário Mota (PDT-RR) e Lídice da Mata (PSB-BA), presidente da CPI.

Mineração cobra apoio do governo federal

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração ouviu ontem de representantes do setor dos minerais metálicos (como ouro, ferro e alumínio) que houve queda de produção nos últimos anos no Brasil e que isso requer a atenção do governo federal.

Os debatedores explicaram que a crise global de commodities afetou muito a atividade mineradora, especialmente os minerais metálicos. No entanto, observaram que o Brasil perdeu mais terrenos do que outros países devido à falta de proteção e estímulo ao setor.

No caso do ouro, o Brasil deixou de figurar entre os dez maiores produtores do mundo — era o sexto na década de

80. O país também era o maior exportador de minério de ferro, mas perdeu o posto para a Austrália em 2009. A produção nacional de alumínio em 2015 está estimada em metade do que foi em 2008 e já caiu cinco posições no ranking mundial.

Elmer Prata Salomão, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), destacou outro indicador preocupante. Conforme demonstrou, existe uma queda na arrecadação da taxa paga pelas empresas ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

— Esse declínio significa que a exploração mineral está deixando de ser executada. Se deixarmos de gerar jazidas agora, não teremos novas

minas quando o mercado retornar. Aí perdemos o bonde da história — disse.

O presidente da comissão, senador Wilder Moraes (PP-GO), e a senadora Ana Amélia (PP-RS) criticaram o excesso de burocracia no setor.

Mesmo com o cenário desfavorável, os convidados entenderam que é possível recuperar o setor. Milton Rego, presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio, disse que a natureza da produção desse mineral pode ser aproveitada como um vetor de geração de empregos.

Salomão, da ABPM, disse que é necessário aliviar a taxa sobre a indústria mineral, por ela ser caracterizada por investimentos de risco. Segundo ele, menos de 2% dos requerimentos de pesquisa culminam em prospecção, mas todas as etapas técnicas e burocráticas entre esses dois pontos são muito dispendiosas, mesmo quando não há sucesso:

— A partir do momento em que você faz um requerimento, todo mundo acha que você já descobriu uma mina e já quer te taxar. Quem faz investimento de risco tem que ser estimulado, não cobrado.



Representantes da mineração no debate, mediado por Wilder Moraes (2º à dir.)

Ataídes quer convocar Lula à CPI do Carf

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de seu filho Luís Cláudio e dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra para serem ouvidos pela CPI do Carf.

O objetivo, segundo o senador, é esclarecer as negociações para a aprovação da MP 471, que, em 2009, deu incentivo fiscal às montadoras de veículos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ele disse que a CPI tem informações que indicam pagamento de propina em troca da aprovação da medida:

— O caso é gravíssimo, envolve o Executivo e este Congresso.

Medeiros pede mais verba para camponeses

José Medeiros (PPS-MT) defendeu mudanças na distribuição do dinheiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele disse que os estados do Sul estão recebendo mais dinheiro que os do Nordeste, onde há mais agricultores familiares. Entre 2000 e 2007, a média de recursos por estabelecimento de agricultura familiar no Rio Grande do Norte foi de R\$ 895. Em Santa Catarina, R\$ 10 mil.

— A gente quer que Santa Catarina continue recebendo, mas que o Nordeste seja mais bem aquinhado. Como está, não é uma forma justa.

Para Wellington, lei favorece Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a sanção da lei do FEX, que permite ao governo repassar recursos aos estados exportadores para compensar perdas do ICMS. Ele lembrou que seu estado é o maior beneficiário da nova lei por ter uma balança comercial positiva. O senador salientou que a compensação do FEX, repartida entre estado e municípios, ajuda a equilibrar as contas de Mato Grosso, que ameaçava atrasar o pagamento dos servidores.

— Vamos lá para exigir o que é de direito de Mato Grosso, porque estamos cumprindo a nossa parte, produzindo.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Tema de audiência ontem no Senado, MP que institui Programa de Proteção ao Emprego ganhou emenda que dá prioridade a acordos coletivos em detrimento da legislação

Sindicalistas criticam medida que muda a CLT

REPRESENTANTES DE ENTIDADES sindicais, do Judiciário e do Ministério Público fizeram críticas à proposta que garante a supremacia de acordos coletivos sobre a legislação trabalhista. A chamada prevalência do negociado sobre o legislado foi inserida por emenda na Medida Provisória 680/2015, que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovada na semana passada pela comissão mista encarregada de analisar o texto. A MP 680 agora será votada no Plenário da Câmara e, posteriormente, no Senado.

O assunto foi debatido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Revoltado, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que deixaria a base governista se fosse confirmada a informação de que a pressão para inserir a proposta na MP partiu do Planalto ou dos ministérios.

— Se foi o governo que pressionou, estou fora do governo. Se isso for verdade, vou para a oposição. Tudo tem limite. Espero que não seja verdade.

A supremacia da negociação sobre a legislação foi aprovada por meio de emenda do relator na comissão mista, o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), e gerou polêmica no colegiado.

O senador disse acreditar que, quando a MP for ao Plenário da Câmara, os deputados não “vão engolir isso”. Ele fez um apelo ao deputado Daniel Vilela para que volte atrás e retire a emenda da medida provisória:



Paim preside audiência com sindicalistas e juristas: senador chegou a dizer que “iria para a oposição” se ideia de inserir mudança na MP tivesse partido do governo

— O senhor é um jovem deputado que vai entrar para história como aquele que rasgou a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. A sua emenda faz justamente isso: rasga a CLT. Com nossa mobilização, a Câmara há de rejeitar. E o Senado há de cumprir sua parte.

Para os sindicalistas, a prevalência da negociação sobre a lei vai representar o fim da CLT e deixar os empregados desamparados e em situação de inferioridade em relação ao patrão. Na opinião deles, a emenda transformou a MP 680 numa proposta ainda mais nociva à classe do que o PLC 30/2015, que permite a terceirização em atividades-fim.

— Estou de luto diante do ataque frontal que a classe trabalhadora está sofrendo. O diálogo que querem aqui não é verdadeiro. Nenhum trabalhador pediu isso. Foi montado um palco de mentira para tirar-lhe direitos — disse a presidente do Sindicato Na-

cional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge.

João Domingos dos Santos, diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, lembrou que o PPE é fruto de negociação e que a emenda lançou “sombra” sobre a credibilidade do processo.

— A CLT é referência no mundo inteiro. Jogam a culpa nela pelo custo Brasil, mas é a melhor legislação trabalhista do mundo e a que mais protege o trabalhador — defendeu.

Inconstitucional

O procurador do Trabalho Sebastião Caixeta, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Germano Silveira, e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foram unânimes ao afirmar que a emenda é inconstitucional.

Segundo eles, a proposta

que garante mais força à negociação coletiva do que à lei é estranha ao conteúdo original da MP. Além disso, a medida provisória cria um mecanismo passageiro, que é o Programa de Proteção ao Emprego, e foi modificada para tratar de algo permanente, sem avaliação prévia de relevância e urgência.

Conforme os especialistas, a emenda viola o artigo 7º da Constituição, que trata dos trabalhadores urbanos e rurais.

— A emenda é inconstitucional. Ou o Parlamento resolve isso ou o Supremo Tribunal Federal vai declarar [inconstitucional] — afirmou Silveira.

A intenção do governo com a MP 680 é evitar o aumento do desemprego. A medida permite à empresa em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho dos empregados em até 30%. Em contrapartida, fica impedida, por até 32 meses, de demitir sem justa causa quem teve redução salarial e de jornada.

Após reunião, Paim diz que governo nega defender a alteração

Em Plenário, após a audiência pública na CDH, Paulo Paim disse ter conversado com o ministro do Trabalho, Miguel Rossetto, sobre a alteração na MP 680/2015. Ele teria assegurado que o governo não tem relação com a inclusão do dispositivo na MP, tendo defendido, inclusive, que nem chegue a ser votado.

Para o senador, “tem que ser muito covarde para votar favoravelmente aqui no Plenário a uma posição que revoga um direito dos mais pobres, que são os assalariados do Brasil”.

Paim disse que a CLT corre o risco de ser “revogada” na prática, caso a Câmara e o Senado aprovem a regra, que dá mais força ao resultado das negociações diretas entre patrões e empregados do que ao que diz a CLT.

Passageiro que tumultuar voo poderá ter de pagar indenização

As empresas aéreas poderão contar com um dispositivo legal mais efetivo para cobrar de passageiros prejuízos que eles causarem em razão de atos de indisciplina cometidos a bordo.

A comissão que elabora anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) analisou ontem sugestões para garantir que as punições recaiam no bolso dos desordeiros.

Carlos Ebner, diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês) no Brasil, defendeu incluir no anteprojeto infrações já detalhadas no Protocolo de Montreal, de 2014.

Ebner explicou que, em comparação com o Código Penal, o protocolo define de modo mais específico as ocorrências que podem ser registradas para dar início aos processos judiciais contra os infratores.

Entre os atos que podem colocar em risco a segurança do voo ou a tranquilidade dos passageiros, estão o uso do banheiro por fumantes e a recusa a desligar aparelhos eletrônicos

ou a manter o cinto afivelado.

Entre 2007 e 2014, foram registrados em todo o mundo 38 mil incidentes em aeronaves por conta da indisciplina de passageiros. Desse total, mais de 16 mil requereram intervenção policial. Segundo o diretor da Iata no Brasil, 40% ocasionaram mudanças no trajeto e pouso do avião para a retirada dos passageiros.

Ebner salientou os casos frequentes de embriaguez. Segundo ele, não são raros os casos de assédio sexual a comissárias.

Em diferentes situações, explicou, os comandantes precisam mudar de rota e encontrar pouso para desembarcar o passageiro inconveniente.

Por segurança, antes do pouso extra muitas vezes é necessário reduzir o combustível dos tanques, o chamado alijamento (despejo no ar). As companhias arcam com prejuízos que vão de US\$ 10 mil a US\$ 200 mil. A ideia é inserir no CBA a previsão de indenização à companhia por parte do infrator.



Reunião da comissão que estuda reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica

Comissão estuda regra para que acidente não paralise aeroporto

Serviços aéreos, aviação experimental e segurança de infraestrutura estiveram entre os temas debatidos ontem pela Comissão de Reforma do CBA.

O superintendente de Desenvolvimento Aeroportuário da Infraero, Tercio Ivan de Barros, sugeriu estabelecer que o dever de remoção do avião envolvido em acidente no aeroporto seja da empresa exploradora e do proprietário, que responderão pelos prejuízos no terminal. Caso o avião não seja removido após a liberação da perícia,

o operador aeroportuário deverá fazê-lo, cabendo ao proprietário a indenização.

— Precisamos da infraestrutura liberada o mais rapidamente possível.

O engenheiro aeronáutico Celso Faria de Souza destacou a importância da aviação experimental (construção de pequenos aviões, muitas vezes por leigos). Segundo ele, o mercado não está disposto a absorver só aeronaves de alto custo. O ideal seria o incentivo a pequenas indústrias aéreas.

Grupo ouvirá Petrobras sobre valor do querosene

A comissão decidiu ontem convidar o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, para falar sobre os reajustes no preço dos combustíveis para aviação.

O autor do requerimento foi Enio Paes, da Associação Brasileira de Táxi-Aéreo e Oficinas de Manutenção. Segundo ele, o aumento de preço no setor variou entre 60% e 70% nos últimos meses. Em alguns estados, o valor chegou a 101%. O professor Respicio do Espírito Santo, da UFRJ, foi um dos que questionaram a pertinência do convite. Mesmo reconhecendo a relevância do tema, ele disse que a matéria não integra o direito aeronáutico, tema da comissão.

A data dessa audiência ainda não foi marcada.